

PROCESSO - A.I. Nº 02303884/94
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - BAHIA MINAS SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA.
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PROFAZ
ORIGEM - INFAZ ITAMARAJÚ
INTERNET - 27.08.02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0317-11/02

EMENTA: ICMS. EXCLUSÃO PARCIAL DE DÉBITO. Representação proposta de acordo com o art. 119, § 1º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/99, sugerindo exclusões do débito indicado no Auto de Infração de valores comprovadamente já pagos pelo sujeito passivo, apurados mediante Parecer técnico da ASTEC/CONSEF. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

À fl. 98 dos autos, o Sr. Coordenador da Dívida Ativa da PROFAZ, baseado no despacho exarado à mesma folha, autorizou o cancelamento da inscrição na Dívida Ativa ali sugerida e, ato contínuo, ingressou com Representação ao CONSEF com arrimo no art. 119, inciso II, § 1º, da Lei nº 3.956/81 – COTEB, com a fundamentação abaixo.

Informa que em setembro de 2001 tomou conhecimento através do interessado da petição protocolada em 25/09/00, Anexo I. Aduz que à época, sem se preocupar com os aspectos formais da legislação e, de forma precipitada, requereu a diligência de fl. 62. Considera que em judicioso Parecer a ASTEC demonstrou que os fatos novos representados pelos documentos acostados tinham repercussão no *quantum* devido. Esclarece que cabe a PROFAZ impulsionar o feito, na busca da palavra final, principalmente porque o esforço despendido será o subsídio necessário para a ação judicial contra a exigência feita na Execução Fiscal em curso. Solicita a apreciação do fato.

VOTO

Da análise de toda a documentação que integra os autos e, em especial, o Parecer ASTEC às fls. 65 às 86, concluo que, efetivamente, do valor histórico do débito residual indicado no extrato SIDAT à fl. 97, devem ser efetuadas as exclusões suscitadas pela PROFAZ através do pronunciamento à fl. 98, que deu origem a representação sob exame. Todavia, o débito correto, remanescente deste Auto de Infração, deverá ficar assim constituído:

- Infração 1º/91: Mês 08/91	R\$0,0019454
Mês 09/91	R\$0,0061090
Mês 10/91	R\$0,01
Mês 11/91	R\$0,01
- Infração 2ª /92: Mês 07/92	R\$0,19
Mês 08/92	R\$0,11
Mês 09/92	<u>R\$0,04</u>
Débito correto, reconhecido pelo autuado, fls. 5 a 7 (Anexo I)	R\$0,3680544
Valor pago conf. DAE à fl. 8 do Anexo I.....	<u>R\$0,35</u>
Saldo devedor (itens acima), venc.09.10.92 (Multa 50%).....	<u>R\$0,0180544</u>

Ao valor do débito de R\$ 0,0180544 acima demonstrado, deverá ser acrescentado o débito concernente as parcelas remanescentes dos itens 2b/92 e item 3 referente a 1993, conforme indicado pela PROFAZ à fl. 98, que perfaz o total de R\$39,17 (multa de 60%). Desta forma, o débito final que resta à ser recolhido pertinente ao presente Auto de Infração resulta na quantia de R\$39,1880544.

Do exposto, ACOLHO a representação proposta pela Douta PROFAZ para que sejam efetuadas as exclusões pertinentes as parcelas já pagas e confirmadas pela ASTEC/CONSEF, restando, conseqüentemente, o débito final na quantia de R\$39,1880544, na forma acima demonstrada, que deverá ser pago pelo recorrido com os acréscimos previstos em lei.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta pela PROFAZ para que sejam processadas as exclusões suscitadas e, em consequência, determinar o valor do débito residual pertinente ao Auto de Infração nº **02303884/94**, lavrado contra **BAHIA MINAS SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA.**, na quantia de **R\$39,1880544**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento total do imposto, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 50% sobre R\$0,0180544 e 60% sobre R\$39,17, e dos acréscimos moratórios correspondentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de agosto de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ